

Por determinação de Sua Excelência a  
Presidente da A.R., Dr. António Filipe

n.º 18.12.2012

# RESGATAR PORTUGAL PARA UM FUTURO DECENTE

## CONGRESSO DEMOCRÁTICO DAS ALTERNATIVAS

01.10.2012 - APLA MAGNA UNIV. LISBOA

|   |
|---|
| Assembleia da República<br>Gabinete da Presidente |
| Nº de Entrada <u>452332</u>                       |
| Classificação<br><u>15/01/</u>                    |
| Data<br><u>17/12/2012</u>                         |

Exmª Senhora  
Presidente da Assembleia da República  
**Maria da Assunção Andrade Esteves**  
Palácio de S. Bento  
1249-068 LISBOA

PETIÇÃO N.º 224/XII/12<sup>A</sup>

Excelência,

Na ausência de resposta ao nosso pedido de audiência, o Congresso Democrático das Alternativas, organização dinamizadora de uma petição sobre o Orçamento de Estado para 2013 que recolheu 11.249 assinaturas, vem fazer a entrega da referida petição acompanhada das assinaturas recolhidas.

Saudações democráticas,

Lisboa, 17 de Dezembro de 2012

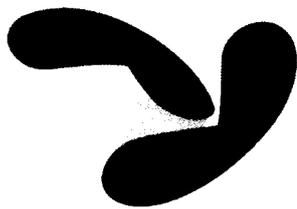
A 5.ª Comissão (COFAP)

com a assinatura

*Al. Fernandes*  
18/12/2012

A Comissão Organizadora do Congresso Democrático das Alternativas

PS: poderão contactar-nos através do endereço de email:  
congressoalternativas@congressoalternativas.org



# RESGATAR PORTUGAL PARA UM FUTURO DECENTE

CONGRESSO DEMOCRÁTICO DAS ALTERNATIVAS  
05 OUT 2012, AULA MAGNA UNIV. LISBOA

## Petição

Exmo. Senhor Presidente da República  
Exmos. Senhores Deputados da Assembleia da República

Os signatários apelam à vossa responsabilidade política e institucional perante o país e perante todos os cidadãos, para que seja rejeitada a proposta de Orçamento de Estado para 2013 apresentada pelo Governo. A sua aprovação constituiria certamente um mal maior para o país e os portugueses comparativamente com as consequências da sua rejeição.

Esta proposta de OE, já contestada pela opinião pública e pela grande maioria dos especialistas, significa o prosseguimento e agravamento do caminho para uma austeridade ainda mais recessiva, com mais desemprego, mais destruição da economia, mais empobrecimento, mais desigualdade social e menos justiça fiscal.

Em nome dos credores, rouba o futuro e a esperança ao país e aos portugueses. Ofende princípios constitucionais relevantes, designadamente o princípio da confiança (dimensão importante do princípio democrático), os direitos do trabalho, os direitos sociais e a progressividade e equidade fiscais.

Aos Deputados, apelamos para que rejeitem esta proposta governamental de Orçamento de Estado, assumindo plenamente a vossa condição de representantes eleitos do povo e de todo o País, que é superior a quaisquer outras fidelidades ou compromissos;

Ao Presidente da República, na qualidade de supremo representante da República, garante da independência nacional, da unidade do Estado e do regular funcionamento das instituições democráticas, obrigado a respeitar e a fazer cumprir a Constituição, apelamos a que exerça o seu direito de veto sobre este Orçamento de Estado, no caso de ele ter aprovação parlamentar ou, no mínimo, que o submeta, no exercício das suas competências, à fiscalização preventiva do Tribunal Constitucional.